

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Estudo Técnico Preliminar 77/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.021568/2025-20

2. Descrição da necessidade

2.1. O objetivo é a **republicação** da licitação CONCORRÊNCIA Nº 90007/2024: Construção da segunda etapa do Restaurante Universitário e Centro de Convivência do Campus Passo Fundo, do Estado do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal da Fronteira Sul; com área construída de 1.064,58 m² e 427,71 m² de área externa.

Origem da Demanda:

2.2. A demanda é necessária para a finalização das obras, pois a primeira etapa encontra-se em fase de conclusão.

2.3. A Concorrência nº 90007/2024 decorrente do Processo Administrativo 23205.033390/2024-89, teve abertura das propostas agendada para 28/04/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras; mas na análise por ordem de classificação para habilitação técnica, não houve habilitadas em função do item de instalações mecânicas. Nenhuma das empresas apresentou acervo técnico para os itens de ventilação, exaustão e coifas. Portanto, para ampliar a concorrência/participação estamos alterando a exigência de comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.

2.3. Sem a complementação dos serviços, a obra ficará inacabada, somente com as estruturas de concreto armado, alvenarias de vedação, instalações pluviais e hidrossanitárias, estruturas metálicas para cobertura, o objeto não poderá ser utilizado pois existem muitos serviços que devem ser executados para colocar em funcionamento a edificação.

Prejuízo institucional pelo não atendimento da demanda:

2.4. Um dos prejuízos é o prejuízo ao erário público pela não finalização da obra, com a primeira etapa executada sofrendo intempéries caso o objeto não venha a ser concluído para uso.

2.5. Outro prejuízo é a comunidade acadêmica deste campus não ter um espaço adequado para alimentação e convivência.

2.6. Pela demanda estar contemplada pelo Novo PAC com previsão de repasse via Termo de Execução Descentralizada, a não execução destes objetos deixará de atender o compromisso institucional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS	FABRICIO BALESTRIN

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os objetos serão classificados como **OBRA**, considerando o artigo 6º, inciso XII da Lei n. 14.133, de 2021 as definições de obra são:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

4.1.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018 e art. 48 da Lei 14.133/2021, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da UFFS, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.1.2. As obras serão executadas nos imóveis pertencentes a UFFS:

- campus Passo Fundo - matrícula do Registro de Imóvel nº 78.304 e 78.305.

4.2. Pelo prazo de execução do objeto estar sendo estimado em 270 (duzentos e setenta) dias corridos, indicamos que o prazo de vigência contratual inicial adequado poderá ser de 540 (quinhentos e quarenta) dias corridos contados da assinatura do Contrato, podendo os respectivos prazos serem prorrogados na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.2 A execução será iniciada com Ordem de Serviço que será emitida pela Secretaria Especial de Obras - SEO.

4.2.3. No Contrato será melhor detalhado as regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.2.4. Indicamos que os serviços sejam realizados em etapa única, estes constituirão de obras de complementação e finalização do Restaurante Universitário e Centro de Convivência (Cantina) para o campus Passo Fundo.

4.3. Dentre os regimes de execução do contrato sugere-se o de *empreitada por preço unitário*, pois este regime está definido na Nova Lei de Licitações como regime de contratação da execução da obra ou do serviço em que o preço é fixado por unidade determinada. E a remuneração da contratada é estabelecida em face dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem grandes riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

Garantias da execução e dos serviços:

4.4. Será exigida a correspondente a garantia da execução nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, nas modalidades previstas, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato (art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021).

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo

4.4.1. As contratadas apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades caução e fiança bancária.

4.4.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. A **Garantia do produto/serviço** é de 5 anos de acordo com o art. 618 do Código Civil – Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

4.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Exigências de habilitação

4.6. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

Qualificação técnica da Contratada (Art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

4.7. Registro da empresa no conselho profissional: Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou CAU.

- A obrigatoriedade de registro no CREA é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 5.194/66)
- A obrigatoriedade de registro no CAU é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 12.378/10)

4.8. A qualificação técnico operacional : Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço objeto da contratação; devidamente registrado(s) no CREA acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico– CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que os

responsáveis técnicos da licitante tenham executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

4.8.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.9. A **qualificação técnico profissional**: O licitante deverá possuir em seu quadro, por vínculo empregatício ou por intermédio de apresentação de contrato de prestação de serviço, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes à exigida na capacidade técnico operacional. Ou ainda deverá apresentar profissionais de acordo com § 6º do Art.67 da 14.133/2021.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

[...]

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

[...]

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

4.9.1. Por se tratar de execução de serviço de engenharia, faz-se necessária a comprovação de qualificação técnica dos profissionais pertencentes ao quadro da empresa. Tal exigência encontra justificativa na importância e na complexidade do objeto, sendo fundamental que a Empresa seja reconhecidamente capaz de executar a obra com os requisitos necessários de qualidade, funcionalidade, durabilidade e segurança.

4.9.2. A exigência de qualificação técnica visa ainda garantir que não se formalize contrato com quem não possa demonstrar, mediante sólida documentação, qualificação para o atendimento ao Objeto que se anunciou.

4.9.3. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

4.10. **Qualificação econômico-financeira**: de acordo com o art. 22 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 3, de 2018, estabelece que a comprovação da situação financeira das empresas será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)

4.10.1. Quando apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, o art. 24 da Instrução Normativa determina que elas deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma do §4º do art. 69 da Lei n. 14.133, de 2021, que possibilita à Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a fixação no edital de exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, como exigência para sua habilitação.

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.10.2. Critérios da participação de Sociedade cooperativa e/ou Consórcio de empresas serão detalhados no termo de justificativas técnicas no item que trata especificamente sobre o tema.

4.11. Considerando a características da contratação é *facultado* aos Licitantes, a realização de Vistoria para conhecimento do local onde serão prestados os serviços.

4.12. Se ocorrer vistoria o agendamento deverá ser realizado por meio dos seguintes contatos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 ou das 13:30 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente com a Subcoordenação de Gestão Infraestrutura, Planejamento e Administração do Campus Passo Fundo, no e-mail subcgpa.pf@uffs.edu.br ou pelo telefone nº (54) 3335-8529;

4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.14. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Subcontratação

4.16. O objeto deste certame poderá ter subcontratações, os percentuais estarão definidos no Encarte Técnico e no Termo de Justificativa Técnica que será um dos Anexos do Termo de Referência.

Crítérios de sustentabilidade

4.17. Estes serviços deverão estar de acordo com padrões de sustentabilidade exigidos na Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI /MPOG. Em qualquer situação deverão ser aplicadas as normas do INMETRO e as normas da ABNT, Normas de Segurança e de Prevenção Contra Incêndio, atualizadas e específicas para cada situação.

4.18. Os projetos foram elaborados conforme legislação vigente e normas da ABNT aplicáveis, seguindo as boas práticas e levando em consideração a economia de materiais, utilização de materiais menos poluentes etc.

4.19. As contratações deverão estar em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

Normativos que disciplinam os serviços objetos desta contratação

4.18. Os serviços de instalação de equipamentos e materiais que venham a ser fornecidos ou aplicados deverão, no que for cabível, obedecer aos seguintes requisitos técnicos, e demais legislações, resoluções técnicas ou normativas, que vierem a substituí-los ou complementá-los:

- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Federal nº 6.496/77 – Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica;
- Lei Federal nº 12.378/2010 – Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo;
- Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia –CONFEA;
- DECRETO nº 7.983 de 2013 – Regras e critérios para elaboração de orçamentos de referência;
- Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI/MPOG - critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens;
- Manual de Obras Públicas - Edificações Práticas da SEAP - Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio;
- Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - AGU;
- NBR ISO - 9386-1 - Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida - Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional;
- NBR 9050 - Norma Brasileira para Acessibilidade;
- NBR NM 207 - Elevadores elétricos de passageiros;
- NBR NM 313 - Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação;
- NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- ABNTNBRNM247-3 Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750 V, inclusive- Parte 3: Condutores isolados (sem cobertura) para instalações fixas (IEC 60227-3, MOD);
- ABNT NBR NM280 Condutores de cabos isolados (IEC 60228, MOD);
- ABNT NBR 5111 Fios de cobre nus, de seção circular, para fios elétricos;
- ABNT NBR 5356 Transformadores de potência;
- ABNT NBR 5410 Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNTNBR5419-1 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 1: Princípios gerais;
- ABNTNBR5419-2 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 2: Gerenciamento de risco;
- ABNT NBR5419-3 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 3: Danos físicos a estruturas e perigos à vida;
- ABNTNBR5419-4 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 4: Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura;
- ABNT NBR 5440 Transformadores para redes aéreas de distribuição Requisitos;
- ABNT NBR 5460 Sistemas Elétricos de Potência Terminologia;
- ABNTNBR5597 Eletroduto de aço-carbono e acessórios, com revestimento protetor e rosca NPT Requisitos;
- ABNTNBR5598 Eletroduto de aço-carbono e acessórios, com revestimento protetor e rosca BSP Requisitos;
- ABNT NBR 6251 Cabos de potência com isolamento extrudado para tensões de 1 kV a 35 kV- Requisitos construtivos;
- ABNT NBR 6524 Fios e cabos de cobre duro e meio duro com ou sem cobertura protetora para instalações aéreas;
- ABNT NBR 6547 Ferragem de Linha Aérea Terminologia;
- ABNTNBR7270 Cabos de alumínio nus com alma de aço zincado para linhas aéreas- Especificação;
- ABNT NBR 7271 Cabos de alumínio nus para linhas aéreas- Especificação;

- ABNT NBR 7286 Cabos de potência com isolamento extrudada de borracha etileno propileno (EPR, HEPR ou EPR 105) para tensões de 1 kV a 35 kV- Requisitos de desempenho;
- ABNT NBR 7288 Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de cloreto de polivinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1 kV a 6 kV Especificação;
- ABNT NBR 8182 Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolamento extrudada de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV- Requisitos de desempenho;
- ABNT NBR 8453 Cruzetas de concreto armado e protendido para redes de distribuição de energia elétrica;
- ABNTNBR8451-1 Postes de concreto armado e protendido para redes de distribuição e de transmissão de energia elétrica;
- ABNT NBR 8451-2 Postes de Concreto Armado e Protendido para Redes de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica Parte 2: Padronização de Postes para Redes de Distribuição de Energia Elétrica;
- ABNTNBR10160 Tampões e grelhas de ferro fundido dúctil Requisitos e métodos de ensaios;
- ABNTNBR11873 Cabos cobertos com material polimérico para redes de distribuição aérea de energia elétrica fixados em espaçadores, em tensões de 13,8KV a 34,5KV;
- ABNT NBR 13248 Cabos de potência e condutores isolados sem cobertura, não halogenados e com baixa emissão de fumaça, para tensões até 1 kV Requisitos de desempenho;
- ABNTNBR13570 Instalações elétricas em locais de a urgência de público Requisitos específicos;
- ABNTNBR13534 Instalações elétricas de baixa tensão- Requisitos específicos para instalação em estabelecimentos assistenciais de saúde;
- ABNT NBR 13571 Haste de aterramento aço-cobreada e acessórios;
- ABNT NBR 14039 Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV;
- ABNT NBR 14136 Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/250 V em corrente alternada Padronização;
- ABNT NBR 15465 Sistemas de eletrodutos plásticos para instalações elétricas de baixa tensão Requisitos de desempenho;
- ABNT NBR 15688 Redes de distribuição aérea de energia elétrica com condutores nus;
- ABNT NBR 15715 Sistemas de dutos corrugados de polietileno (PE) para infraestrutura de cabos de energia e telecomunicações Requisitos;
- ABNT NBR 15820 Caixa para medidor de energia elétrica Requisitos;
- ABNT NBR 15992 Redes de Distribuição Aérea de Energia Elétrica com Cabos Cobertos Fixados em Espaçadores para Tensões até 36,2 kV;
- ABNT NBR16050 Para-raios de resistor não linear de óxido metálico sem centelha dores, para circuitos de potência de corrente alternada;
- ABNT NBR NM 60669-1 Interruptores para instalações elétricas fixas domésticas e análogas Parte 1: Requisitos gerais;
- ABNT NBR ISO/CIE 8995-1 Iluminação de ambientes de trabalho Parte 1: Interior;
- ABNT NBR NM 60898 Disjuntores para proteção de sobrecorrentes para instalações domésticas e similares (IEC 60898: 1995, MOD);
- ABNT NBR IEC 60947-2 Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão Parte 2: Disjuntores;
- ABNT NBR 61537 Encaminhamento de cabos- Sistemas de eletrocabos para cabos e sistemas de leitos para cabos;
- NBR 14565:2013 Cabeamento de telecomunicações para edifícios comerciais;
- TIA/EIA 568-C.0 *Generic Telecommunications Cabling for Customer premises*;
- TIA/EIA 568-C.1 *Commercial Building Telecommunications Cabling Standard*;
- TIA/EIA 568-C.2 *Balanced Twisted-Pair*;
- TIA/EIA 568-C.3 *Optical Fiber Cabling Components Standard*;
- TIA/EIA 569-B *Commercial Building. Standard for Telecom Pathways and Spaces*;
- TIA/EIA 570B *Residential Telecommunications Infrastructure Standard*;
- ITU-T G.652 *Characteristics of a single-mode optical bre and cable*;
- TIA/EIA 607 B *Commercial Building Grounding for Telecommunications*;
- TIA/EIA 1005 *Telecommunications Infrastructure Standard for Industrial Premises*;
- TIA 942 *Telecommunications Infrastructure Standard for Data Center*;
- TIA/EIA TBS-67 Especificação de Desempenho de Transmissão para Testes em Campo de Sistemas de Cabeamento de Par Trançado Não Blindado;
- ABNT NBR 16069: Segurança em sistemas frigoríficos;
- ABNT NBR 16401: Instalações de ar-condicionado – Centrais e unitário;
- ABNT NBR 14679: Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização;
- ABNT NBR 14518: Sistema de ventilação para cozinhas profissionais;
- ABNT NBR 13523: Central predial de gás liquefeito de petróleo(GLP);
- ABNT NBR 15358: Rede de distribuição interna para gás combustível em instalações de uso não residencial de até 400 kPa – Projeto e execução;
- Resolução técnica CBMRS Nº 01 DIRETRIZES BÁSICAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO 2022;
- ABNT NBR 13103 – Instalação de aparelhos a gás – Requisitos. e) Resolução RDC nº 50 de 21/02/2002 – ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- ABNT NBR 16069: Segurança em sistemas frigoríficos;
- ABNT NBR 16401: Instalações de ar-condicionado – Centrais e unitário;
- ABNT NBR 14679: Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização;
- ABNT NBR 14518: Sistema de ventilação para cozinhas profissionais.

Informações complementares

4.24. Muitas informações solicitadas neste ETP estarão contempladas no Encarte Técnico - Projetos Básicos/ Executivo e nos Memoriais Descritivos e de Especificações, e também no Termo de Justificativas Técnicas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Dentro das soluções possíveis de mercado, está se considerando que a opção mais vantajosa para a administração será a de contratar uma empresa especializada para a realização desta obra.

5.2. Por trata-se de **OBRA**, diversos empresas/construtoras/fornecedores que possuem condições e habilidades para a realização destes serviços, tanto a nível local como nacional podem participar da licitação.

5.3. As soluções disponíveis no mercado compõem-se de contratação de serviços de engenharia, o qual tem projetos elaborados pelos engenheiros da instituição, sendo pensando na melhor alternativa possível para a Administração.

5.4. Como os serviços oriundos destas contratação não possuem especificidades, entende-se que o mercado apto para a participação desta licitação é amplo, pois abrange todos os fornecedores de obras/construtoras.

5.5. A exclusividade de participação de fornecedores na condição de ME/EPP/COOP na licitação, em função do valor estimado do objeto a ser licitado a referida aquisição não prevê a aplicação do disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538 /2015.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada pela UFFS para atendimento da presente necessidade institucional como um todo é de empresa especializada que atua na área de construção civil, o fornecimento habitual dos serviços demandados, além da existência de inúmeras prestadoras de serviço com potencial para participar da licitação.

6.2. Sendo o objeto: Contratação de empresa especializada para execução da **Segunda etapa das obras destinadas ao Restaurante Universitário e Centro de Convivência do campus Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal da Fronteira Sul**; com área construída de 1.064,58 m² e 427,71 m² de área externa.

6.3. Os serviços que contemplam a segunda etapa desta obra são: serviços de urbanismo e paisagismo; construção civil e arquitetura; drenagem pluvial; muros de arrimo; estruturas metálicas complementares e da subestação de energia e da cabine de geração, pois a estrutura metálica da cobertura foi execução na primeira etapa; alvenarias de vedação em concreto que serão indicadas em projetos, pois as de fechamento foram executadas na primeira etapa; execução das portas e janelas; os revestimentos das paredes internas e externas; revestimentos dos pisos; forros; bancadas, louças, metais e equipamentos para os banheiros e cozinha; acessibilidade de acordo com as normas; pavimentação externa; instalações: elétricas, lógica, telecomunicação, hidrossanitárias, climatização, exaustão, coifas, rede de gás GLP e preventivo contra incêndio. A edificação terá dois pavimentos e a mobilidade entre eles será por escadas e uma plataforma elevatória (elevador).

6.4. Todas as descrições e especificações serão melhor detalhadas nos respectivos documentos técnicos elaborados pela equipe técnica da Secretaria Especial de Obras, como:

- Memoriais Descritivos;
- Encarte Técnico;
- Projetos arquitetônicos e complementares de engenharia;
- Planilhas Orçamentárias e Cronogramas físico-financeiros;
- Termo de Justificativa Técnica.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo da demanda será estimado considerando todos os serviços destinados a execução da obra, até o funcionamento da edificação, conforme demonstrado através da planilha de composição de preços que será posteriormente juntadas ao processo licitatório, de acordo com o previsto no Decreto 7.983/2013.

7.2. As diretrizes para a prestação dos serviços estarão melhor detalhadas nos Memoriais Descritivos e Especificações Técnicas, estas pretendem indicar as exigências mínimas para atender a necessidade da instituição.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.778.411,03

8.1. A definição dos custos unitários de referência para estas contratações será observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021. E os itens que não estiverem contemplados nas tabelas de referência SINAPI e/ou ORSE, serão adotados custos obtidos em cotações de pesquisa de mercado.

8.2. Valor estimado para a contratação pretendida mais o custo das despesas indiretas (composição analítica BDI - Benefício e Despesas Indiretas), ficou:

- SINAPI 05/2025 RS e ORSE: 04/2025 RS (Sem Desoneração) ficou em R\$ 3.778.411,03
- SINAPI 05/2025 RS e ORSE: 04/2025 RS (Desoneração) ficou em R\$ 3.850.366,02

8.3. A opção mais vantajosa para a Administração é a adoção dos custos de referência no regime de não desoneração. No Termo de Justificativas Técnicas estará melhor detalhado a adoção do regime de Contribuição Previdenciária Sobre a Renda Bruta – CPRB.

8.4. O objeto foi contemplado pelo Novo PAC com previsão de repasse via TED nº 14532 no valor de R\$ 3.000.000,00.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não haverá parcelamento da solução, tendo em vista esta ser uma obra única. A justificativa com relação ao parcelamento ou não da solução estará no documento “Encarte Técnico” e “Termo de Justificativa Técnica”, o qual detalhará a opção pelo não parcelamento e as possibilidades de subcontratação de parte do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A necessidade institucional do presente Estudo, não possui relação com outras contratações da Instituição, inclusive futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pretendida esta prevista no Planejamento e Gerenciamento de Contratações PCA 2025, cadastrado o Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 358/2025.

11.2. No PDI (2019-2023)

- Alinhamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-PPA UFFS 2020-2023 – atualização 21.12.2020), conforme descrito a seguir:
 - Objetivo 1 – Desenvolvimento do Ensino de Graduação
 - Objetivo Específico – Reformas das edificações pré existentes no campus Passo Fundo, que tem a finalidade de atender demandas específicas do campus, disponibilizando com isso as salas ocupadas no Bloco A.
 - Plano de Ação SEO047 - Reforma de edificação existente no campus para atender demanda de Cantina

11.3. No PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL ANUAL (PA) E PROPOSTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA UFFS 2025 - consta o plano de ação SEO004.

11.3.1. Por se tratar de uma republicação a demanda estava contemplada no No PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL ANUAL (PA) E PROPOSTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA UFFS - 2024 - o plano de ação constava CPF016 - Construir o restaurante universitário, a cantina e a área de convivência no Campus Passo Fundo e SEO029 - Construção de restaurante universitário e centro de convivência no Campus Passo Fundo.

11.4. O objeto da contratação foi incluído no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2025

Data de publicação no PNCP: 16/01/2025

Classe/Grupo: 542 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL

Identificador da Futura Contratação: 156/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Pretende-se com a presente contratação entregar para a comunidade acadêmica um Restaurante Universitário e Centro de Convivência com espaços funcionais, possibilitando refeições com qualidade, com cardápios saudáveis elaborados por profissional Nutricionista.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Importante a licitante analisar todos os documentos técnicos, bem como a planilha orçamentária, para apresentar à fiscalização possíveis inconsistências no material para que, em tempo hábil, a contratante possa apresentar as soluções, não ocorrendo paralisações ou falta de frente de obra.

13.2. Pela primeira etapa do Restaurante Universitário e Centro de Convivência do Campus Passo Fundo, contratada em 2023, encontra-se em execução. Os serviços que contemplados nesta 1ª etapa de obra são: movimento de terra, demolições e remoções de elementos construtivos, fundações, estruturas de concreto armado, alvenarias de vedação, instalações pluviais e hidrossanitárias, estruturas metálicas de cobertura, cobertura e sistema de proteção contra descargas atmosféricas.

13.3. Portanto, caso a obra da primeira etapa não estiver concluída, após a contratação do objeto deste ETP, será necessário a Contratada aguardar a finalização da 1ª etapa, para iniciar a execução da 2ª etapa do RU e da Cantina, para que não ocorra conflito na execução e/ou interferências executivas nos serviços.

13.4. Mas a Contratada da segunda etapa terá outras frentes de trabalho que não terão interferência na edificação do RU e Cantina, estes serviços são: a demolição de uma casinha que fica ao lado do RU, a cobertura dos alpendres, a construção do subestação e da casa de gás GLP. Tudo isso deverá ser alinhado com a equipe de fiscalização durante a primeira reunião que será realizada antes da emissão da ordem de serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada item deste estudo será realizada no Termo de Referência da contratação, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento entende que é viável a republicação da pretendida contratação, pois existem no mercado muitas empresas especializadas na área que possam atender a demanda descrita neste ETP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAIANE REGINA VALENTINI

Membro da comissão de contratação

SANDRA SALETE VILBERT

Membro da comissão de contratação

FABIO CORREA GASPARETTO

Membro da comissão de contratação

FABRICIO BALESTRIN

Autoridade competente



F0091 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES N° ETP 77/2025 - SEO (10.55)
(N° do Documento: 4)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/08/2025 10:05)

DAIANE REGINA VALENTINI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ACAD - ER (10.44.05)
Matrícula: ###769#2

(Assinado digitalmente em 12/08/2025 15:53)

FABIO CORREA GASPARETTO
ENGENHEIRO-AREA
DPA (10.55.04)
Matrícula: ###152#0

(Assinado digitalmente em 11/08/2025 12:54)

FABRICIO BALESTRIN
SECRETARIO - TITULAR
SEO (10.55)
Matrícula: ###730#5

(Assinado digitalmente em 11/08/2025 10:09)

SANDRA SALETE VILBERT
CHEFE - TITULAR
DAADM (10.55.01)
Matrícula: ###676#4

Visualize o documento original em <https://sipac.uffrs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 4,
ano: 2025, tipo: F0091 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES, data de emissão: 10/08/2025 e o código de
verificação: 3b1532f7f3